

O ILUMINISMO POLITICO EM PORTUGAL NO SEculo XVIII

1. O individualista Grotius, nascido em 1583, na data em que Portugal se acomodava à nova situação criada pela monarquia dual, perguntava no seu *De jure belli*: «Visto que o homem pôde reduzir-se à condição de escravo privado, em benefício de quem bem lhe parecesse, como resulta da lei hebraica e da lei romana, porque é que não seria permitido a um povo submeter-se a um só indivíduo ou a vários, de maneira a transferir-lhes completamente o direito de o governar sem reserva de qualquer parte?» (Livro I, Capítulo III, § 8º). A conclusão que a ele lhe pareceu apenas possível no sentido afirmativo, foi para Thomas Hobbes imperativa. A experiência da vida parece ter levado este a colocar a segurança acima da justiça. Assistiu ao assassinato de Henrique IV de França, à morte de Strafford e Laud, à execução sem precedente de Carlos I de Inglaterra em 1648, quando Portugal implantava a sua própria dinastia reinante e, sem executar o rei, assumia o direito de o expulsar. No seu *Leviathan* (1650), transforma o indivíduo de Grotius num homem assustado pela desordem da sociedade civil, que já não espera do Céu a ajuda que lhe prometia Bossuet, e que se entrega submisso a um Deus terreno que é o Estado.

Na linha de Maquiavel, Vico, Nietzsche e Sorel, como parece ter concluído com exactidão Carl Schmitt, a sua atitude é a de um racionalista sem ideologia. Este Estado absoluto, dono de um poder ilimitado, usa um instrumento que é o direito positivo, única medida do justo e do injusto. O poder absoluto é um facto necessário, que não tem lei acima dele, nem admite a legitimidade de nenhum outro poder que o desafie. Não surpreende que o totalitarismo moderno o tenha reclamado como un precursor, como faz o citado Carl Schmitt, com o abono crítico e independente de Joseph Vialatoux¹. Não parece que adiante muito a contestação do ilustre René Capitant, quando lembra que a filosofia do inglês é eminentemente individualista e racionalista, e que o totalitarismo moderno é essencialmente místico e organicista. Os caminhos do conhecimento são muito variados, e o que aqui avulta é o facto de o aparelho político, para usar a terminologia da moderna ciência política, se encontrar implantado sem dependências éticas. Para qualquer deles há sempre um dia da criação, e a lógica de Hobbes o que nos mostra é que o *Leviathan* tem uma palavra decisiva a dizer sobre qual é a filosofia dos valores que reconhece. Este é um dado factual que a ciência não pode recusar, e que explica muitos dos embaraços de lógica e de

1 *La cité de Hobbes* (Paris 1965).